

# A homossexualidade no Brasil no século XIX

*Homosexuality in the Nineteenth Century*

**Adailson Moreira**

*Professor Assistente do Departamento de Ciências Sociais  
da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)*

*Graduado em Direito e Psicologia  
adailsonsm@hotmail.com*

12

## Resumo

O século XIX marcou de forma profunda a sociedade brasileira ao promover mudanças estruturais de grande envergadura. As práticas e os hábitos sociais foram objetos de atenção das ciências, que se voltaram com o propósito de compreendê-los, estudá-los e controlá-los, fazendo emergir as categorias de normalidade/anormalidade, especialmente no campo sexual. Neste, o tema da homossexualidade ganhou destaque quando surgiram pesquisas médico-científicas procurando nomear e classificar as variações sexuais, logo marcadas e rotuladas como desvios ou patologias.

Palavras-chave: Homossexualidade. República. Teorias Higienistas. Heteronormatividade.

## Abstract

The nineteenth century marked profoundly the Brazilian society by promoting major structural changes. The practices and social habits were pointed as subject of attention of Sciences, who turned in order to understand them, study them and control them, making the categories of normality/abnormality come out, especially in the sexual field, and from this on, the theme homosexuality has gained prominence, when they began looking for medical-scientific names and classifications for sexual variations, then marked and labeled as deviations or pathologies.

Key-words: Homosexuality. Republic. Hygienists Theories. Heteronormativity.

## Introdução

O século XIX marcou profundamente os destinos e costumes do povo brasileiro. Num mesmo século, o país deixou de ser colônia (1822), passou por dois reinados e um período regencial e ingressou na República (1889). Além disso, sofreu grandes e importantes transformações ao abandonar seu passado escravocrata, por meio das várias leis, tais como a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei dos Sexagenários (1885) e, finalmente, a Lei Áurea (1888).

Ao proclamar sua independência de Portugal em 1822, o Brasil herdou uma tradição cívica pouco encorajadora. Em três séculos de colonização (1500-1822), os portugueses tinham construído um enorme país dotado de unidade territorial, linguística, cultural e religiosa. Mas tinham também deixado uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado absolutista (CARVALHO, 2008a, p. 17-18).

O pensamento social republicano é herdeiro da sociedade imperial, que contribuiu para uma República formada por uma massa analfabeta e miserável (MISKOLCI, 2004, p. 189).

A elite imperial era um poderoso grupo responsável pela unificação ideológica do país por meio da educação superior, que se concentrava basicamente na formação jurídica (Universidade de Coimbra), e, em consequência, formava um núcleo relativamente homogêneo de conhecimentos e habilidades à semelhança de uma ilha de letrados num mar de miseráveis e analfabetos (CARVALHO, 2008b, p. 65), que não se interessavam, ou estavam impedidos de acesso ao universo da política.

Com a República, a situação não mudou muito. A política adotada pelo governo português nunca permitiu a instalação de estabelecimentos de ensino superior nas colônias (CARVALHO, 2008b, p. 69). Assim procedendo, a Coroa portuguesa visava à manutenção da hegemonia política da elite, já que todos os que tinham condições financeiras estudavam em universidades europeias. Essa situação somente se alterou com a chegada da Corte em 1808, quando foram criadas várias escolas de ensino superior. Contudo, as escolas dedicadas explicitamente à formação das elites políticas (Direito, Medicina e Engenharias) apenas surgiram após a Independência (CARVALHO, 2008b, p. 74).

Se no Império vigorava uma forma de lidar com a população baseada na pura e simples brutalidade, o que a instituição da escravidão corroborava, na República, e sob o regime do

trabalho assalariado, as elites intelectuais depararam-se com um paradoxo maior: como incorporar ao novo regime político essa massa de desvalidos? (MISKOLCI, 2004, p. 189).

Essa massa de desvalidos, de analfabetos, era alheia a qualquer ato ou acontecimento político. Um exemplo marcante dessa passividade foi o episódio da proclamação da República, no qual não houve participação popular, contrariando o ideário republicano do povo como protagonista dos acontecimentos (CARVALHO, 2005, p. 9).

A indiferença do povo impressionou diversos intelectuais, na época. A carta de Aristides Lobo, publicada no *Diário Popular* de São Paulo, em 18 de novembro de 1889, ilustra essa impressão: “o povo assistiu àquilo bestializado [...], sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada” (NUNES; MENDES, 2008, p. 92).

O povo jamais exerceu seu papel de protagonista. Assistia aos fatos políticos entre surpreendido e indiferente. “Os acontecimentos políticos eram representações em que o povo comum aparecia como espectador ou, no máximo, como figurante” (CARVALHO, 2005, p. 163).

Trata-se de um período de crise generalizada na sociedade brasileira, de “mudanças estruturais profundas nas políticas de domínio sobre os trabalhadores” (CHALHOUB, 1994, p. 16). Era um momento em que todas as estruturas e camadas sociais estavam se organizando, se estruturando para a existência republicana. “O momento histórico, portanto, é propício ao surgimento de novos e alternativos modos de vida” (NUNES; MENDES, 2008, p. 87).

Esses novos modos alternativos de vida não se fizeram esperar. De novo, contudo, somente as designações científicas. Os hábitos e as práticas eram os mesmos desde sempre, mas os olhares atentos das ciências se voltavam para eles na intenção de compreendê-los, estudá-los e controlá-los. O que antes era apenas uma faceta do comportamento humano, passou a ser enquadrado nas categorias de normalidade/anormalidade, como valores em oposição, tornando-se, no século XIX, uma espécie de dogma cientificamente garantido (CANGUILHEM, 2010, p. 13).

As práticas sexuais passaram dos domínios da religião para os da ciência, com sua postura higienista. Dentre estas, as práticas entre pessoas do mesmo sexo deixaram de ser meras práticas e foram designadas de *homossexualismo*. Essas pessoas se transformaram em uma espécie (FOUCAULT, 1984a) e passaram à tutela da ciência médica, para curar, e da jurídica, para punir, em caso de resistência e reincidência.

Ilustrando esse processo de mudança social, a literatura produziu obras segundo essas concepções, já que “os estudos literários sempre se enriqueceram com o intercâmbio disciplinar” (BULHÕES, 2003, p. 13).

O tema da homossexualidade é bastante antigo, até a narrativa bíblica traz relatos desse comportamento. “No entanto, a preocupação com essa identidade sexual somente ganha realce no final do século XIX, quando surgiram pesquisas médico-científicas procurando nomear e classificar as variantes sexuais, logo rotuladas como desvios ou patologias” (OLIVA, 2002, p. 15).

Nesse período, a literatura desenvolveu pretensões de ser uma forma de conhecimento. Assim, surgiu, por exemplo, o romance *Bom-Crioulo*, publicado em 1895, que traz todos esses elementos ao narrar, de forma detalhada, a ligação entre dois oficiais da marinha brasileira, numa narrativa naturalista, privilegiando a ciência, o progresso e a verdade, segundo os preceitos da época. “Nervosos e agitados, os personagens naturalistas, exagerados ou não, revelam aos leitores e à sociedade do final do século 19 os perigos e mistérios da sexualidade” (MENDES, 2000, p. 23).

## **Sociedade e Literatura**

Foi no cenário social em convulsão que se deu a chegada das teorias científicas, dentre elas, as teorias evolucionistas e positivistas. Segundo Lara (2008, p. 88), “[...] sua retórica foi empregada tanto por críticos sociais reformistas, como por elaboradores da ideologia oficial ao longo da Primeira República”, provocando mudanças sociais significativas.

Conforme essas teorias, o homem chegou ao progresso ao atingir uma escala superior da evolução, conseguindo dominar, dentro de certos limites, o conjunto de forças que rege o seu corpo (física, intelectual, sexual etc.) e a sociedade (MORANDO, 2002, p. 132-133).

As concepções surgidas nesse período abrangem toda uma ideologia médico-higienista produzida pelos avanços tecnológicos, na maioria das vezes, corroborando preconceitos ou simpatias sociais. “Expoente do desenvolvimento e progresso desejados pela burguesia, a medicina avançou e penetrou tanto em sentido vertical quanto em sentido horizontal no espectro social” (QUEIROZ, 1992, p. 18).

No âmbito das ciências médicas, a sexualidade teve especial destaque, acompanhada de preconceitos, medos, crenças e dogmas do passado. Do universo da sexualidade, emerge uma série de práticas

consideradas antinaturais, aberrações “as mais extravagantes, que afetam não somente a vida, a honra e a liberdade de suas infelizes vítimas, como também comprometem a segurança social” (CASTRO, 1943, p. 5).

Desse universo de *aberrações*, podem-se destacar os exibicionistas, os necrófilos, os sátiros, os sádicos, as prostitutas, os pederastas etc. Esse elenco de personagens que mantêm condutas e práticas consideradas desviantes da normalidade é encontrado no livro do Dr. Viveiros de Castro, professor de direito criminal e Desembargador da Corte de Apelação do Distrito Federal, intitulado *Atentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual*. Trata-se do primeiro estudo jurídico publicado no Brasil abordando essa temática, em consonância com as pesquisas e os estudos surgidos no mesmo período na Europa. Na área médica, o primeiro estudo foi publicado em 1872, pelo Dr. Francisco Ferraz de Macedo, intitulado *Da prostituição em geral e em particular em relação à cidade do Rio de Janeiro: profilaxia da sífilis*.

Foi essa mentalidade que destacou personagens como: prostitutas, loucos, mundanos, celibatários, histéricos, negros, homossexuais, libertinos e adúlteros. Sobressaindo desse espectro social, os homossexuais ganharam notoriedade. A homossexualidade passou a ser pesquisada por estudiosos, o que se transformou no primeiro passo para a composição do cenário de condenação e exclusão. Estuda-se para saber, e esse saber é usado para controlar, curar e punir (FOUCAULT, 1984a).

Mais precisamente em 1869, surgem os termos *homossexual* e *homossexualismo*, criados pelo médico húngaro Karoly Maria Benkert. Com isso, essa parcela da população entrou para a história “na precisa medida em que foram detectados, estudados e controlados pelos grupos heterossexuais, dominantes desde sempre no conjunto social” (GREEN; POLITO, 2006, p. 17-18).

Seguindo a tendência científica médico-higienista, a literatura do período espelhou esse conhecimento. A principal corrente literária produzida no período foi a naturalista, que expressava uma concepção positivista da própria sociedade e, conseqüentemente, da literatura, caminhando em direção a uma “migração do interesse estético para os de outra ordem, sociológicos, antropológicos, psicanalíticos, filosóficos” (BULHÕES, 2003, p. 13).

A literatura, de uma maneira geral, procurou seguir as tendências realistas e abandonar a subjetividade introspectiva, voltando-se para aspectos do contexto em que a obra de arte estava sendo produzida, abordando temas menos idealizados e mais próximos da realidade e dos problemas da época. A negação dos valores e

convenções românticas, centrados na imaginação criadora do artista e na idealização do amor, da mulher e da sociedade, aliada à forte influência dos filósofos franceses naturalistas e do positivismo de Comte, possibilitou à literatura a representação de assuntos pouco convencionais, como o adultério, o casamento por interesse, a hipocrisia da sociedade burguesa e os males da religiosidade mercantilista. Além desses, outros temas aparecem, mas tratados quase sempre de forma sutil, como o lesbianismo e a homossexualidade masculina (OLIVA, 2002, p. 24).

Nem tão sutil assim, Adolfo Caminha publicou o romance *Bom-Crioulo*, em que abordou a homossexualidade abertamente, sem nenhuma preocupação em disfarçar a natureza da relação existente entre as personagens. O próprio autor, em artigo publicado na época, assim descreveu sua obra:

Um marinheiro rudo, de origem escrava, sem educação, nem princípio algum de sociabilidade, num momento fatal obedece às tendências homossexuais do seu organismo e pratica uma acção torpe: é um degenerado nato, um irresponsável pelas baixezas que commette até assassinar o amigo, a victima dos seus instintos. Em torno d'elle se espraia o romance, logicamente encadeado, de accôrdo com as observações da sciencia e com a analyse provável do autor, que, no character de official de marinha, viu os episódios accidentaes que descreve a bordo (CAMINHA, 1896, p. 41).

Apesar de ser reconhecida como a obra mais importante a abordar o tema, *Bom-Crioulo* não foi a primeira. Antes dela surgiu *Um homem gasto*, em 1885, de autoria do médico Lourenço Ferreira da Silva Leal, mas assinada apenas pelas iniciais L. L.

Pela primeira vez na literatura brasileira surgiram as vozes de “personagens cujas sexualidades se opõem às tradições do casamento, da reprodução da espécie e da heterossexualidade” (MENDES, 2000, p. 14), ainda que circundadas pelo discurso de uma ciência eugênica, que evidencia vozes *anormais* como forma de cerceá-las, acuá-las, desnudá-las e marginalizá-las (QUEIROZ, 1992, p. 41).

Entender como esse processo se deu implica analisar a construção dessa nova ordem médica e higienista.

## A nova ordem médica e higienista

A sociedade brasileira, organizada segundo o modelo patriarcal desde os seus primórdios, sofreu grande abalo em suas estruturas em meados do século XIX, provocado pelo projeto médico e higienista. “Neste período predominava uma visão biológica da sociedade e de seus problemas” (MISKOLCI, 2010a, p. 2).

Até então, a medicina era pouco desenvolvida e os recursos, escassos. Durante todo o período colonial, Portugal não permitiu a instalação de escolas. “Foi política sistemática do governo português nunca permitir a instalação de estabelecimentos de ensino superior nas colônias” (CARVALHO, 2008b, p. 69).

A prática da medicina consistia na observação de sintomas e sinais, não havendo preocupação com as causas das doenças. Além disso, a medicina sofria grande concorrência dos conhecimentos de medicina natural indígena, das superstições e do curandeirismo (QUEIROZ, 1992, p. 19).

Com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, a situação começou a mudar; iniciou-se uma nova fase, embora a regra fosse a escassez de profissionais da área médica e a população estivesse em franco crescimento, o que fez aumentar os problemas higiênicos e sanitários (QUEIROZ, 1992, p. 19).

Muitas foram as iniciativas, por parte das autoridades, de remodelar o Rio de Janeiro, atacando seus pontos críticos e insalubres. “A intenção de dar uma face de civilidade ao Rio, na tentativa de apresentar à comunidade europeia uma cidade ordenada e regulada, que esteve presente desde as primeiras medidas do Príncipe Regente e percorreu todo o século XIX” (QUEIROZ, 1992, p. 21).

A situação das cidades brasileiras era periclitante. Cidades mal planejadas e insalubres, ruas estreitas, íngremes e sem calçamento, lixo atirado às ruas, que eram povoadas por animais soltos (cachorros, porcos, cavalos, vacas etc.), isso sem contar a grande população das cidades maiores, o que só agravava a situação (ARAÚJO, 1993).

As péssimas condições sanitárias das cidades foram pano de fundo para a propagação de surtos epidêmicos que somente foram debelados com grande dificuldade (ARAÚJO, 1993, p. 64).

Os dados revelam não apenas que o Rio de Janeiro era uma cidade ciclicamente visitada por diversas moléstias, como também que outros núcleos urbanos em processo de rápido crescimento passavam por idêntica experiência. O adensamento populacional, a aglomeração humana geravam

como subproduto as enfermidades de massa, as epidemias [...] (PECHMAN; FRITSCH, 1984/1985, p. 141).

A partir do segundo quartel do século XIX, tomava-se consciência do alto índice de mortalidade infantil e das péssimas condições sanitárias do lar patriarcal (TREVISAN, 2004).

A insalubridade imperante nos sobrados de início do século XIX era resultado da arquitetura e engenharia dos ricos senhores que decidiam por si como erigir a casa, sem atender a requisitos básicos de higiene. Habitações quentes, escuras, mal ventiladas e desconfortáveis abrigavam pessoas com aspecto doentio e físico abrutalhado. O espaço era dividido com o lixo acumulado, águas usadas e estagnadas e animais transmissores de doenças, como ratos, baratas, pulgas e percevejos (QUEIROZ, 1992, p. 26).

As personagens do romance de Caminha, o negro Amaro e Aleixo, ao desembarcarem no Rio de Janeiro, vão morar no sobrado de D. Carolina, “que alugava quartos na Rua da Misericórdia [...] não fazia questão de cor e tampouco se importava com a classe ou profissão do sujeito” (CAMINHA, 1999, p. 44). Ao descrever o quarto, o autor informa que “o quarto era independente, com janela para os fundos da casa, espécie de sótão roído pelo cupim e tresandando a ácido fênico” (CAMINHA, 1999, p. 47).

A descrição dessa moradia deixa evidente as condições insalubres dos moradores, pelo menos de uma boa parte deles, das grandes cidades brasileiras do período, mais especificamente os da capital.

Em função de todos esses problemas, “impôs-se a convicção de que a velha família patriarcal era incapaz de proteger a vida dos seus membros” (TREVISAN, 2004, p. 171). Com essa certeza, iniciou-se o processo de mudanças sociais, modernizando o lar, reduto íntimo dominado pelo poder patriarcal e pelo rápido avanço das ideias e dos valores burgueses (CARVALHO, 2005, p. 42).

A situação crescente de ameaças de epidemias, a necessidade de mostrar-se à comunidade internacional e o ideal modernizador e progressista criaram “as condições básicas para que médicos, engenheiros sanitários, políticos e autoridades governamentais se debruçassem na busca de soluções [...]” (PECHMAN; FRITSH, 1984/1985, p. 142).

Esse período foi propício a grandes transformações das mentalidades e solo fértil para as ciências e para o progresso (OLIVA, 2002), numa sociedade

cheia de entraves morais e sociais, “com seus ritos conservadores, dominada por uma religiosidade que, se não é exatamente claustrofóbica, não deixa de ser punitiva e centralizada na ideia da culpa, que estabelece privações e prescrições à vivência sexual” (BULHÕES, 2003, p. 37).

A partir do ideal higienista, a cidade foi se transformando, tendo Paris como modelo. “Quando as finanças da República foram recuperadas pela política deflacionista de Campos Sales, sobraram recursos para as obras há muito planejadas de saneamento e embelezamento da cidade” (CARVALHO, 2005, p. 40).

A cidade começou a ser submetida a uma série de medidas de transformação urbana, objetivando melhorias no nível de vida, diminuição do índice de doenças que afetavam a população e melhor conformação urbana (QUEIROZ, 1992, p. 20).

À medida que o Estado foi se organizando e a Revolução Industrial se consolidando, as classes menos favorecidas iam sendo paulatinamente higienizadas por meio de campanhas de moralização e higiene coletiva. “Além do corpo, também as emoções e a sexualidade dos cidadãos passaram a sofrer interferência [...]” (TREVISAN, 2004, p. 172).

Na segunda metade do século XIX, aumentaram substancialmente os estudos sobre sexualidade, prostituição e homossexualidade, segundo a tendência das teorias europeias. “A vida intelectual do país começou a mudar significativamente no início da década de 1870, com a introdução de outras correntes europeias de pensamento, sobretudo o positivismo e o evolucionismo” (CARVALHO, 2008b, p. 86).

As transformações pelas quais a sociedade passou nesse período, predominando a visão biológica, deram-se “pelo fortalecimento do processo de higienização da família, configurado pela atuação direta do médico [...] pelo remanejamento dos papéis familiares e pela nova política sexual baseada na relação heterossexual, monogâmica, de caráter reprodutivo” (QUEIROZ, 1992, p. 35).

A nova sociedade burguesa capitalista tinha no processo de normalização o cerne do seu desenvolvimento (MISKOLCI, 2003, p. 93-94).

### **Normalidade e desvio social**

Nesse período de efervescência intelectual, científica e social, surgiram questionamentos acerca do que se pode ser considerado *normal* e do que é o seu oposto, a *anormalidade*. Essa discussão se deu no contexto das

teorias médico-higienistas sobre a degeneração, tendo como referência a teoria da evolução de Charles Darwin, considerada padrão epistemológico que se tornou fonte explicativa até para as ciências humanas, como corrente do darwinismo social, buscando o desenvolvimento dessas teorias para estender suas consequências à esfera social (MISKOLCI, 2010a).

O processo de normalização se iniciou pela linguagem, ao criar a palavra e o seu ideário, culminando com o estabelecimento de comportamentos. Auguste Comte atribuiu à palavra uma conotação médica, ao comparar o estado normal do organismo com o estado patológico. O significado atual surgiu da interseção do conhecimento médico com o sociológico, imbuídos do interesse em medir, classificar e disciplinar os indivíduos de modo que estes se conformem aos padrões de normalidade (MISKOLCI, 2002/2003).

A palavra normal deriva do termo latino *norma*<sup>1</sup>, que designa o “que não pende nem para a direita nem para a esquerda”, mantendo-se, portanto, “num justo meio”. Ou seja, essa designação privilegia a noção de equilíbrio, ressaltando que “é normal [...] aquilo que se encontra na maioria dos casos [...]”, passando a ser até mesmo sinônimo de natural (LALANDE, 1993, p. 737-738).

Em lugar de pretender determinar de saída as relações do estado normal de seu contrário com as forças vitais, procuremos simplesmente algum sinal exterior, imediatamente perceptível, mas objetivo, que nos permita distinguir uma de outra essas duas ordens de fatos (DURKHEIM, 1971, p. 47).

O surgimento da noção de normal ou normalidade engendra naturalmente seu oposto, o anormal, o desviante. A “consolidação da ordem social assentada numa tecnologia de poder que estabeleceu normas, as naturalizou e fez com que todos os que não se enquadrassem nelas passassem a ser classificados como desviantes” (MISKOLCI, 2010a, p. 3). Com isso “a preocupação inevitável com os problemas criados pelo comportamento anormal foi exacerbada ao ponto de criar uma divisão artificial entre o funcionamento aberrante e o normal” (GLASSER, 1960, p. 15). Ou seja, aqueles que se afastavam dos modelos preconizados pelos higienistas eram criticados pela sociedade e identificados como portadores de doenças ou problemas de saúde. “Todos os 'desvios' do modelo economicamente produtivo e biologicamente reprodutivo da família burguesa eram classificados como aberrações” (MISKOLCI, 2003, p. 94).

---

<sup>1</sup> Etimologicamente, significa esquadria formada por duas peças perpendiculares (LALANDE, 1993).

Nesse passo, a homossexualidade passou a ser vista como distúrbio, anomalia, carecendo de cura, correção. “A sodomia [...] era um tipo de ato interdito e o autor não passava de seu sujeito jurídico. O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida” (FOUCAULT, 1984a, p. 43). O indivíduo ganha notoriedade a partir de sua sexualidade. “O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie” (FOUCAULT, 1984a, p. 44).

A identidade real dos fenômenos vitais normais e patológicos, aparentemente tão diferentes e aos quais a experiência humana atribuiu valores opostos, tornou-se, durante o século XIX, uma espécie de dogma, cientificamente garantido, cuja extensão no campo da filosofia e da psicologia parecia determinada pela autoridade que os biólogos e os médicos lhe reconheciam (CANGUILHEM, 2010, p. 13).

Dessa autoridade científica, sucedeu o poder disciplinar, meio de intervenção e normalização social responsável pela criação do desvio. Surgiu “um saber, técnicas, discursos 'científicos' se formam e se entrelaçam com a prática do poder de punir” (FOUCAULT, 1987, p. 23). Em outras palavras, a norma passou a existir como meio de disciplinamento dos comportamentos, dos corpos, da sociedade. “A norma traz consigo ao mesmo tempo um princípio de qualificação e um princípio de correção” (FOUCAULT, 2001, p. 62). Qualifica porque descreve, nomeia, identifica e destaca o indivíduo no seio da sociedade. Correção porque não tem a função de excluir, mas de corrigir, alterar o que é desviante. A norma “está sempre ligada a uma técnica positiva de intervenção e de transformação” (FOUCAULT, 2001, p. 62).

Durkheim (1971), estudando a distinção entre o normal e o patológico, fruto desse dispositivo de poder disciplinador, chamou de “normais os fatos que apresentam as formas mais gerais” e se referiu aos outros fenômenos como *mórbidos* ou *patológicos*. A anormalidade emerge como patologia.

## **Normalidade e patologia**

No plano das ciências da mente (psicologia e psiquiatria), é bastante complexa a distinção entre o normal e o patológico (FOUCAULT, 1984b). “No decorrer da história, sempre foi motivo de controvérsia a definição do funcionamento humano normal, sendo provavelmente até mais difícil que a definição das grandes variações do comportamento anormal” (GLASSER, 1960, p. 15).

No âmbito da medicina, a normalidade se mostrou por oposição ao anormal, que se confundiu com *anômalo*. A partir desse ponto, o *estado normal* acabou por significar ausência de anomalia (LALANDE, 1993). É pelo *normal* que se chega ao *anormal*. “A natureza (*physis*), tanto no homem como fora dele, é harmonia e equilíbrio. A perturbação desse equilíbrio, dessa harmonia, é a doença” (CANGUILHEM, 2010, p. 10). A doença é parte do anormal, é a característica da anormalidade. “A doença difere da saúde, o patológico, do normal, como uma qualidade difere de outra, quer pela presença ou ausência de um princípio definido, quer pela reestruturação da totalidade orgânica” (CANGUILHEM, 2010, p. 11).

Segundo essa linha de pensamento, “o tipo normal se confunde com o tipo médio e [...] todo desvio com relação a este padrão de saúde é um fenômeno mórbido” (DURKHEIM, 1971, p. 48). Melhor dizendo, “o ser humano normal é aquele que funciona de forma eficiente, possui um certo grau de felicidade e realiza algo de valor para si próprio, dentro das regras impostas pela sociedade em que vive” (GLASSER, 1960, p. 15).

Assim, “o anormal emerge como desviante e a explicação de seu desvio se assentará crescentemente em uma hipotética natureza corrompida, a qual, na segunda metade do século XIX, será denominada degeneração” (MISKOLCI, 2010a, p. 4).

Exposto dessa forma, entende-se que “a doença não está em alguma parte do homem. Está em todo o homem e é toda ele” (CANGUILHEM, 2010, p. 10). Isso implica dizer que não é possível definir que parte está em desarmonia com o todo, já que o todo está comprometido.

O estudo das diferentes sociedades evidencia uma grande variação na noção de normalidade, não existindo modelo que seja adequado a todos os meios e épocas. “Até certo ponto, o que estabelece os limites do normal é o nível de tolerância de uma sociedade – e estes limites são flutuantes” (CLOUTIER, 1967, p. 15) –, revelando a eleição de valores, ou seja, “fenômenos históricos e socialmente criados passaram a ser encarados de forma naturalizada” (MISKOLCI, 2010a, p. 3).

Com isso, surgiu uma tecnologia de poder social, o poder disciplinar, que é aplicado aos desviantes (FOUCAULT, 1987, p. 150), já que “[...] a vida é, de fato, uma atividade normativa” (CANGUILHEM, 2010, p. 86).

Esse mesmo poder disciplinador, tão empenhado em estabelecer as nuances do anormal, irá definir os contornos da normalidade em todas as esferas sociais, especialmente os papéis de gênero e sexualidade.

## **Gênero e sexualidade no período entre o Império e a República**

O final do século XIX viu emergir uma nova ordem da sexualidade na sociedade brasileira, momento de profunda transformação nas relações de poder e hierarquias de cunho não econômico (MISKOLCI, 2009).

O movimento higienista atribuiu à sexualidade papel relevante, ao disciplinar comportamentos individuais e coletivos. Foucault (1984) observa que, na Europa, a partir do século XVIII, várias áreas e disciplinas passaram a tratar a sexualidade de modo diferente daquele adotado pela Igreja. A Medicina se preocupava com a sexualidade feminina, a Pedagogia passou a estudar a sexualidade das crianças e a Economia levou em conta a demografia, ocupando-se com o planejamento da natalidade etc.

A sociedade imperial era organizada pelo modelo patriarcal, “em que o pai exercia total poder sobre a família, controlando todas as suas atividades, desde a esposa e filhos até os criados e agregados” (OLIVA, 2002, p. 31). Gradativamente, esse modelo foi sendo substituído pela família burguesa, com

uma crescente interferência do discurso médico, que buscou reduzir o poder do velho pater famílias e sublinhar o papel da mãe como responsável pela prole e pelos cuidados privados da unidade doméstica. Não se tratava de incentivar a emancipação feminina, antes de reduzir o poder do patriarca ao mesmo tempo que se estabelecia, em outros termos, a submissão da mulher e dos filhos a uma estrutura familiar diversa da que prevalecera desde a colonização. Nessa perspectiva, concluiu-se que nossa sociedade teria passado por um processo de aburguesamento consolidado na família nuclear monogâmica (MISKOLCI, 2009, p. 551).

Foi nesse contexto que se deu a emergência do dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 1984a), ou seja, do dispositivo histórico de poder, característico da nova ordem social. Sobre a sexualidade, Foucault (1984a, p. 100) aponta:

Não se deve concebê-la como uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar. A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos

conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.

Contudo, essas mudanças que se operaram no século XIX não se referiam a todas as práticas sexuais. Atendendo às imposições do dispositivo da sexualidade, vários segmentos sociais foram arrolados como *pervertidos*, *degenerados* e *desviantes*, já que ameaçavam o projeto de normalização médica e higienista. Da imensa gama de práticas sexuais, “salvou-se apenas a heterossexualidade como única prática normal e funcional” (QUEIROZ, 1992, p. 39).

A homossexualidade passou a ser encarada como sinal de degenerescência, surgindo um julgamento moral, fruto de discursos religiosos, jurídicos e médicos. Todos esses discursos serviram para criar o estereótipo homossexual, como a “figura da antinorma ou do desvio do ideal, representada pelos que não podem, não sabem ou não querem seguir as injunções ideais” (COSTA, 1992, p. 19).

Arrogados sobre esse poder, normatizado pelos padrões médico-higienistas, “outorga-se o poder de atacar ou destruir física ou moralmente os que dela divergem ou simplesmente se diferenciam” (COSTA, 1992, p. 19).

Doutrinas e teorias dessa ordem produziram “um movimento centrífugo em relação à monogamia heterossexual” (FOUCAULT, 1984a, p. 39), resultando no casal legítimo, que pratica uma sexualidade regular. Os demais, aqueles que praticam a sexualidade irregular, inscrevem-se no universo da ilegalidade e da perversão (QUEIROZ, 1992, p. 41). “É extensa a aproximação entre médicos e aparato jurídico-policial, cabendo à polícia capturar homossexuais considerados delinquentes e entregá-los a pesquisadores do campo da medicina para ‘estudos’” (GREEN; POLITO, 2006, p. 21).

Mas quando para estes desgraçados se levantam implacavelmente a severidade da justiça e a censura da opinião, é que a ciência aparece, austera, calma, fria, examinando se há realmente uma alma estragada e corrompida, um perverso a punir, ou se este ato por ele praticado é uma manifestação da degenerescência mental ou nervosa, um impulso irresistível de vontade sem energia, sem ter mais centros inibitórios (CASTRO, 1943, p. 6).

Essa fala do Dr. Viveiros de Castro é o reflexo do pensamento científico do período, eivado de preconceito e ainda longe das concepções atuais.

Toda essa ideologia, permeada pelo dispositivo sexual de poder disciplinador que nega legitimidade, é encontrada no texto de Adolfo Caminha,

quando ele induz seu personagem principal a dramas de consciência carregados de culpa: “como é que se compreendia o amor, o desejo da posse animal entre duas pessoas do mesmo sexo, entre dois homens?” (CAMINHA, 1999, p. 29), ou ainda quando narra a primeira relação sexual entre Amaro e Aleixo: “e consumou-se o delito contra a natureza” (CAMINHA, 1999, p. 38).

Embora o discurso seja rude e pouco encorajador, face às reações e consequências sociais e legais, a prática homossexual era algo amplamente difundido nesse período como ações marginalizadas, já que o que não é aceito é reservado ao silêncio, à obscuridade, ao anonimato.

Em vários lugares públicos, como parques e praças, os homens que apreciavam relações sexuais com outros homens encontravam-se (GREEN, 2000). “O largo do Rocio foi antigamente célebre por ser o lugar onde à noite reuniam-se os pederastas passivos à espera de quem os desejasse” (CASTRO, 1943, p. 221-222).

Existiam lugares que eram bastante frequentados por homossexuais, tais como portas e porões dos teatros, em dias de espetáculos, cafés, restaurantes, bilhares, botequins, portarias de conventos, escadarias de igrejas, casas de banho, além dos já citados parques e praças (SOARES, 1992), o que dá uma ideia da ampla rede de relações homossexuais que existia nesse período.

A situação ficou tão comum, e isso causava estranheza e aversão às classes médica, jurídica e religiosa, que foi necessário importar prostitutas da Europa, na intenção de conter as práticas homossexuais, como um mal menor (SOARES, 1992).

Igualmente difundidas eram as práticas homossexuais na Marinha brasileira, como relata Adolfo Caminha em sua obra, por experiência, já que ele próprio serviu na Marinha, de 1885 a 1889: “[...] alguma coisa dentro de si revoltava-se contra semelhante imoralidade que outros de categoria superior praticavam quase todas as noites ali mesmo sobre o convés [...]” (CAMINHA, 1999, p. 30). As relações homossexuais na Marinha eram generalizadas e chamadas de *amor de marinheiro*. Essa relação “não se dava entre iguais, envolvia relação de hierarquia funcional, hierarquia de idade, hierarquia de experiência”, apesar de serem consideradas falta grave e punidas com chibatadas (CARVALHO, 1995, p. 79-80).

Além da Marinha, no Exército as práticas homossexuais também eram muito difundidas (SOARES, 1992). Embora tais práticas acontecessem mais frequentemente em comunidades fechadas, como Exército, Marinha,

conventos e colégios internos, em função do distanciamento social e da reclusão de pessoas do mesmo sexo, sua ocorrência não está circunscrita a esses ambientes. “[...] a prática da sodomia, ou do 'uranismo', também era desenvolvida em ambientes refinados e intelectuais, como o corpo diplomático, o magistério, o alto funcionalismo e o meio dos literatos e poetas [...]” (SOARES, 1992, p. 76).

De qualquer forma, independentemente de sua origem e circunstância, a homossexualidade era sempre vista com horror e entendida como patologia e desvio, o que conforma com a visão heteronormativa da sociedade, não havendo espaço para outra forma de vida.

### **A ordem heteronormativa da sociedade brasileira**

As sociedades de todos os tempos foram organizadas a partir das instituições familiares. É na família que a sociedade se perpetua. “A família é entidade sociológica que independe do tempo e do espaço” (VENOSA, 2003, p. 37). A família é o elemento que faz a mediação entre o indivíduo e sociedade, comprometendo-se com a manutenção da ordem social (MELLO, 2005). A família, entendida com instituição, “é o entrelaçamento de práticas sociais articuladas em duradouro complexo de relações, costumes, sentimentos e através do qual se exercem controles sociais e se satisfazem necessidades e desejos das pessoas conviventes [...] Ela não se forma de repente. É antes resultado de longo processo de acumulação de experiências e materiais” (LIMA, 1983, p. 15).

Na antiguidade, a família se unia por vínculos mais poderosos que os de nascimento, sendo muito mais um núcleo religioso do que uma associação natural entre pessoas com o intuito comum de convivência (COULANGES, 1999).

Durante a maior parte da história humana, a família não se constituiu por vínculos de afeto. Esses vínculos diziam respeito à religião, às leis e à propriedade econômica (VENOSA, 2003). É dessa forma que se instituiu, desde tempos imemoriais, o casamento. “Sociologicamente falando, casamento é o ato pelo qual homem e mulher se associam para fundar a família, segundo o costume e a lei” (LIMA, 1983, p. 17). A instituição do casamento assenta sua legitimidade no plano jurídico ao disciplinar os ritos necessários para a sua validação social.

A partir do século XV até o XVIII, desenvolveu-se uma nova forma de sociabilidade familiar, dando origem ao *sentimento de família* (ARIËS, 1981),

que formou a família nuclear burguesa. Foi nesse momento histórico que se deu a construção da homossexualidade como categoria sociopsicológica e do homossexual como identidade médico-psiquiátrica (MELLO, 2005, p. 42-43).

Interessada na reprodução crescente da força de trabalho e no aumento do lucro, a ordem burguesa procurou organizar seu sistema sobre a aliança monogâmica e heterossexual, sobre as grandes famílias e sobre as relações de dependência entre as figuras familiares (QUEIROZ, 1992, p. 39).

Com esse intuito, foram se instaurando papéis sexuais bem delimitados: masculinidade e feminilidade, com suas respectivas funções e identificações em paternidade e maternidade. Nessa sociedade, não havia lugar para os que dessa norma se desviassem. A heterossexualidade se instalou como norma, como padrão de comportamento e de julgamento.

Assim, “a heteronormatividade expressa as expectativas, as demandas e as obrigações sociais que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural, portanto, fundamento da sociedade” (MISKOLCI, 2010b, p. 5). É a naturalização de uma face do comportamento humano, como se somente ela existisse. Elimina ou, pelo menos, cerceia, persegue e sufoca todas as demais.

Por heteronormatividade entendemos aquelas instituições, estruturas de compreensão e orientações práticas que não apenas fazem com que a heterossexualidade pareça coerente – ou seja, organizada como sexualidade – mas também que seja privilegiada. Sua ocorrência é sempre provisional e seu privilégio pode adotar várias formas (que às vezes são contraditórias): passa desapercebida como linguagem básica. Sobre aspectos sociais e pessoais; é percebida como um estado natural; também se projeta como um objetivo ideal ou moral (BERLANT; WARNER *apud* MISKOLCI, 2010b, p. 5).

Isso equivale a dizer que a sociedade se organizou a partir da heterossexualidade como postura moralmente correta, mais próxima das manifestações da natureza. Essa naturalidade privilegia os desse grupo em detrimento dos demais grupos, que são percebidos como anomalias ou degenerados, desviantes e perversos.

Com isso, a materialidade do corpo determina o papel social que aquele indivíduo deve desempenhar. Do menino, espera-se que desenvolva hábitos e comportamentos masculinos e, da menina, hábitos e comportamentos femininos. Qualquer desvio desse padrão é logo entendido

como patologia, pela simples oposição ou contraposição, já que “toda doença tem uma função normal correspondente da qual ela é apenas a expressão perturbada, exagerada, diminuída ou anulada” (CANGUILHEM, 2010, p. 35).

O resultado desse posicionamento social é a compreensão dos padrões de comportamento sexual a partir de uma heterossexualidade compulsória. “A heterossexualidade compulsória é instalada no gênero através da produção de tabus contra a homossexualidade, resultando numa falsa coerência de gêneros aparentemente estáveis vinculados aos sexos biológicos apropriados” (SPARGO, 2006, p. 50). Ou seja, tem por objetivo “formar a todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e 'natural' da heterossexualidade” (MISKOLCI, 2010b, p. 6).

É nesse contexto que a homossexualidade assume papel marginal no universo das sexualidades. Como tal, será representada em todos os segmentos da atividade humana, especialmente na literatura, que sempre retratou os dramas humanos por óptica privilegiada.

### **A literatura como fonte histórica**

A literatura pode ser entendida como uma espécie de consciência social, mantendo estreitas ligações entre obra, autor e sociedade da qual se origina (CORONEL, 2008), tendo como função, além de entreter, divertir e informar, ser porta-voz daqueles segmentos que nem sempre são lembrados pelos meios oficiais.

Ezra Pound (1977, p. 32) define literatura como “linguagem carregada de significado”. Esse significado se expõe quando as personagens ganham espaço e voz para expressar sentimentos, os quais de outra forma estariam mudos aos ouvidos sociais. É assim que Amaro pode expressar seus sentimentos em alguns trechos da obra, como: quando, após o sexo com Aleixo, pensa que só “agora compreendia nitidamente que só no homem, no próprio homem, ele podia encontrar aquilo que debalde procurou nas mulheres” (CAMINHA, 1999, p. 40); ao contemplar seu amado “[...] rugiam desejos de touro ao pressentir a fêmea [...] todo ele vibrava, demorando-se na idolatria pagã daquela nudez sensual como um fetiche diante de um símbolo de ouro ou como um artista diante duma obra-prima. Ignorante e grosseiro, sentia-se, contudo, abalado até os nervos mais recônditos [...]” (CAMINHA, 1999, p. 49); ao refletir sobre seu sentimento: “sua amizade ao grumete já não era lúbrica e ardente: mudara-se num sentimento calmo, numa afeição comum,

sem estas febris nem zelos de amante apaixonado” (CAMINHA, 1999, p. 51). É o humano se fazendo presente por meio da literatura.

Várias são as concepções e interpretações desse vasto universo da ficção. “É próprio da literatura a capacidade de atingir territórios inconfessáveis e sombrios da experiência humana, representando-os e recriando-os na matéria palpável da linguagem” (BULHÕES, 2003, p. 11), criando e recriando imaginariamente a realidade palpável da sociedade.

A literatura é um campo privilegiado para se acessar um verdadeiro arquivo sobre questões polêmicas, especialmente as referentes ao universo da vida privada (MISKOLCI, 2009, p. 548). “É exatamente por dar forma de uma maneira muito peculiar a questões que provêm da conjuntura maior na qual se insere, que a obra literária finca suas raízes no solo da História” (CORONEL, 2008, p. 2).

Com isso, os Estudos Culturais, enquanto afeitos às “formas históricas da consciência ou da subjetividade” (JOHNSON, 1999, p. 25), valorizaram a pesquisa histórica em literatura, entendendo que é possível reconhecer e construir um arquivo internamente estruturado a partir da literatura, que retrata e é parte de certas experiências históricas. A partir desse universo privilegiado, é possível a reconstituição de histórias silenciadas (ou história dos oprimidos), como as de mulheres, negros, homossexuais etc. (MISKOLCI, 2009).

Joan W. Scott (1998, p. 297-298) faz uma crítica à *história dos oprimidos* ao mudar a perspectiva para privilegiar as experiências que criaram os sujeitos silenciados/oprimidos, construindo a história da diferença, entendida como “a história da designação do *outro*, da atribuição de características que distinguem categorias de pessoas a partir de uma norma presumida”, ou seja, pela heteronormatividade, excluindo todos aqueles considerados *desviantes*.

Respondendo a esse padrão social da época, a literatura de orientação *naturalista* cumpriu a função de dissecar cirurgicamente hábitos, costumes e práticas sociais consideradas desviantes, reforçando as diferenças enquanto *patologias sociais*.

O naturalismo foi uma escola literária, de cunho científico e racionalista, que se preocupava em difundir as teorias deterministas e evolucionistas.

As teorias deterministas – formuladas a partir da obra de Hippolyte Taine – preocuparam-se em estudar as causas que orientavam os fatos, físicos

ou morais, entendendo como causas: a raça, o meio e o momento (QUEIROZ, 1992). “Para os naturalistas (e Adolfo Caminha foi um deles), o homem é um animal cujo destino é determinado pela hereditariedade, pelo efeito de seu ambiente e pelas pressões do momento” (CAMPEDELLI, 1999, p. 3).

As teorias evolucionistas tiveram como seu principal divulgador Herbert Spencer, que defendia a livre concorrência e a competição como forma de contribuir para a evolução e o aperfeiçoamento da ordem social (QUEIROZ, 1992, p. 63).

A partir dessa formulação, as “patologias sociais” foram assimiladas aos discursos médico, jurídico e literário, arrebanhando os vários segmentos tidos como “desviantes” (prostitutas, neuróticos, libertinos, homossexuais, histéricas, loucos etc.) e tentando enquadrá-los em modelos passíveis de manipulação e controle (QUEIROZ, 1992, p. 64).

Retratados pela ótica naturalista, que possui como característica básica expor objetivamente a realidade social tal qual ela se apresenta, os escritos naturalistas buscaram vínculo entre as práticas médicas e seu enredo, filtrando a realidade por seu ponto de vista higienista (QUEIROZ, 1992).

A obra *Bom-Crioulo* (CAMINHA, 1999) veio à luz em 1895, retratando de forma bastante realista a relação entre dois marinheiros.

O romance aborda a vida de Amaro, a personagem que dá título à obra, escravo fugitivo que busca refúgio na Marinha brasileira, quando conhece Aleixo, jovem e delicado grumete, de pele clara e olhos azuis, por quem se apaixona.

Ao desembarcarem, passam a viver juntos, num relacionamento sexual livre e desinibido. Porém, a história termina em tragédia, com Amaro matando seu amante num acesso de ódio passional, após intensa tortura psicológica, fruto de ciúme doentio e descontrolado que evidencia a desmedida humana.

Trata-se de uma das primeiras obras a tratar explicitamente da homossexualidade. “Além disso, é notável como Caminha descreve o homoerotismo com uma ousada franqueza” (GREEN, 2000, p. 73).

O romance não é uma obra simples; envolve uma complexidade de elementos, tais como raça, sexualidade, concepções sociais, organização e concepções políticas no período de transição entre o Império e a República,

momento de grandes transformações sociais. “Quando Caminha escreveu *Bom-Crioulo*, haviam transcorrido apenas sete anos desde que fora abolida a escravidão no Brasil, em 1888, e seis desde que os líderes militares depuseram a monarquia e estabeleceram um governo republicano” (GREEN, 2000, p. 73-74).

Com tantas mudanças sociais acontecendo, a própria sociedade se torna palco para a emergência de novas formas de vida e sexualidades, para que vozes silenciadas se façam presentes, ainda que contrariando os cânones.

Desde o seu surgimento, “houve quem enxergasse em *Bom-Crioulo* um libelo a favor da causa homossexual. Houve quem visse o contrário”. Os entendimentos variam, porque as análises sempre partem de pressupostos pessoais e diferenciados. “Ora, o narrador nem defende nem condena. Antes, mantém-se naquela posição de frieza tão característica da estética naturalista [...]” (CAMPEDELLI, 1999, p. 5).

A obra dá voz a personagens que, de outro modo, somente apareceriam nas crônicas policial, jurídica e médica. Apesar de se evidenciar essas vozes, ainda é a voz do oprimido, do indivíduo que é sacrificado e condenado a uma vida de renúncia e marginalidade, de ausência de liberdade, que “deriva da circunscrição da homossexualidade a espaços físicos de decadência, ruína e mistério” (MENDES, 2010, p. 59).

Fica evidente, na obra, que “é pela anomalia que o ser humano se destaca do todo formado pelos homens e pela vida. É ela que nos revela o sentido de uma maneira de ser inteiramente 'singular’” (CANGUILHEM, 2010, p. 79).

Como evidenciou Leonardo Mendes, a narrativa gótica da obra é uma estratégia de ataque à homossexualidade: “é justamente o gótico que, ao desestabilizar o naturalismo, o cientificismo e o positivismo típicos da literatura do período, permite que se leia o romance como uma narrativa fundadora da literatura gay brasileira” (MENDES, 2010, p. 68).

É uma voz que surge, em meio a tantas dissonâncias, para dizer que existe, mesmo quando essa existência é incômoda e marginalizada.

## Conclusão

*Bom-Crioulo* chocou a sociedade da época pela temática (homossexualidade) e pela forma crua como as cenas são retratadas.

As relações afetivas e sexuais das duas personagens principais são apresentadas sem meias-palavras. Nada fica subentendido ou velado, o que, pelo visto, era a intenção do autor.

Os tempos são outros, já é possível dar voz a personagens gays, fazendo-os falar de suas dores, angústias e confusões, mostrando seu lado humano. Contudo, a sociedade ainda não está preparada para a aceitação de uma igualdade que será pleiteada no futuro por outras gerações de homossexuais, pautado pela premissa dos direitos humanos.

No tempo do romance, “a literatura médica se encarregava de associar a homossexualidade à loucura e ao crime” (MENDES, 2000, p. 171), sendo esse o destino reservado às personagens.

## Referências

ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BULHÕES, Marcelo. *Leituras do desejo: o erotismo no romance naturalista brasileiro*. São Paulo: Ed. da USP, 2003. (Ensaio de cultura, 21).

CAMINHA, Adolfo. Um livro condenado. *A Nova Revista*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 40-42, fev. 1896.

\_\_\_\_\_. *Bom-Crioulo*. 7. ed. São Paulo: Ática, 1999. (Série bom livro).

CAMPEDELLI, Samira Youssef. Um moderna história sobre a paixão. In: CAMINHA, Adolfo. *Bom-Crioulo*. 7. ed. São Paulo: Ática, 1999. (Série bom livro).

CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Tradução de Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas. 6. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CARVALHO, José Murilo. Os bordados de João Cândido. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 68-84, jul.-out. 1995.

\_\_\_\_\_. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. 3. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a.

\_\_\_\_\_. *A construção da ordem: a elite política imperial / Teatro de sombras: a política imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b.

CASTRO, Francisco José Viveiros. *Atentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual*. 4. ed. aumentada. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1943.

CHALHOUB, Sidney. Prefácio. In: PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O carnaval das letras*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1994. p. 11-16.

CLOUTIER, François. *A saúde mental*. Tradução de Yolanda S. Toledo. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. (Coleção Saber atual, 130).

CORONEL, Luciana Paiva. Literatura como fonte: a interpretação do Brasil contida na literatura de periferia dos anos 90. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 9., Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: ANPUH/RS, 2008. Disponível em: <[http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1209340252\\_ARQUIVO\\_Textanpu2008b.pdf](http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1209340252_ARQUIVO_Textanpu2008b.pdf)>. Acesso em: 23 jun. 2010.

COSTA, Jurandir Freire. *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

COULANGES, Fustel. *A cidade antiga*: estudos sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma. Tradução de Edson Bissi. 2. ed. São Paulo: Edipro, 1999. (Ensino superior).

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. Tradução de Maria Isaura Pereira Queiroz. 6. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971. (Biblioteca universitária – Ciências Sociais, v. 44).

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984a.

\_\_\_\_\_. *Doença mental e psicologia*. Tradução de Lilian Rose Shalders. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984b. (Biblioteca Tempo Universitário, 11).

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. *Os anormais*: curso no Collège de France (1974-1975). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Coleção Tópicos).

GLASSER, William. *Saúde mental ou doença mental?: a psiquiatria ao alcance de todos*. Tradução de Margit C. Pagani. Rio de Janeiro: Record, 1960.

GREEN, James N.; POLITO, Ronald. *Frescos trópicos*: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980). Rio de Janeiro: José Olympio, 2006. (Baú de histórias).

JOHNSON, Richard. O que é, afinal, estudos culturais? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *O que é, afinal, estudos culturais?* Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. (Estudos culturais, 2).

LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. Tradução de Fátima Sá Correia et al. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LARA, Oswaldo. A perspectiva *queer* aplicada ao contexto brasileiro: apontamentos para uma sociologia histórica. *Plural*, São Paulo, v. 15, p. 81-98, 2008.

LIMA, Hermes. *Introdução à ciência do direito*. 27. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1983.

L. L. *Um homem gasto*: episódio da história social do século XIX: estudo naturalista. 2. ed. Rio de Janeiro: Matheus, Costa & C., 1885.

MACEDO, Francisco F. de. *Da prostituição em geral e em particular em relação à cidade do Rio de Janeiro*: profilaxia da sífilis. Rio de Janeiro: Tip. Acadêmica, 1872.

MELLO, Luiz. *Novas famílias*: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. (Sexualidade, gênero e sociedade).

MENDES, Leonardo. *O retrato do imperador*: negociação, sexualidade e romance naturalista no Brasil. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2000. (Coleção Memória das Letras, 7).

\_\_\_\_\_. *As ruínas da homossexualidade: o gótico em Bom-Crioulo*, de Adolfo Caminha. Disponível em: <[http://www.muse.uq.edu.au/journals/luso-brasilian\\_review/v041/41.1mendes.pdf](http://www.muse.uq.edu.au/journals/luso-brasilian_review/v041/41.1mendes.pdf)>. Acesso em: 17 abr. 2010.

MISKOLCI, Richard. Reflexões sobre normalidade e desvio social. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, n. 13-14, p. 109-126, 2002/2003.

\_\_\_\_\_. *Thomas Mann, o artista mestiço*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

\_\_\_\_\_. Diferença e desigualdade na primeira república. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, n. 23, p. 189-191, nov. 2004.

\_\_\_\_\_. O vértice do triângulo: Dom Casmurro e as relações de gênero e sexualidade no *fin-de-siècle* brasileiro. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 17, v. 2, p. 547-567, maio/ago. 2009.

\_\_\_\_\_. *Do desvio às diferenças*. 2010a. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/richardmiskolci/paginas/academico/cientificos/desvioidiferencas.html>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

\_\_\_\_\_. *A teoria queer e a questão das diferenças: por uma analítica da normalização*. 2010b. Disponível em: <[http://www.alb.com.br/anais16/prog\\_pdf/prog03\\_01.pdf](http://www.alb.com.br/anais16/prog_pdf/prog03_01.pdf)>. Acesso em: 17 abr. 2010.

MORANDO, Luiz. Considerações sobre a relação de gênero em *Bom-Crioulo. Aletria*, v. 9, p. 126-134, dez./2002. Disponível em: <[http://www.letras.ufmg.br/poslit/08\\_publicacoes\\_pgs/Aletria%2009/12-Luiz%20Morando.pdf](http://www.letras.ufmg.br/poslit/08_publicacoes_pgs/Aletria%2009/12-Luiz%20Morando.pdf)>. Acesso em: 17 abr. 2010.

NUNES, Elton; MENDES, Leonardo. O Rio de Janeiro no fim do século XIX: modernidade, boemia e o imaginário republicano no romance de Coelho Neto. *Revista do Departamento de Letras da UFRJ*, São Gonçalo, n. 16, p. 82-97, jul.-dez. 2008. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/soletras/16/0%20rio%20de%20janeiro%20no%20fim%20do%20s%C3%A9culo%20xix.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

OLIVA, Osmar Pereira. *O corpo e a voz: inscrições do masculino em narrativas queirosianas*. 2002. 273 f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

PECHMAN, Sérgio; FRITSCH, Lilian. A reforma urbana e o seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do distrito federal na virada do século. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 8-9, p. 139-195, set. 1984/abr. 1985.

POUND, Ezra. *Abc da literatura*. Tradução de Augusto de Campos e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1977.

QUEIROZ, Luiz Gonzaga Morando. *Transgressores e transviados: a representação do homossexual nos discursos médico e literário no final do século XIX (1870-1900)*. 1992. 169 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1992.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 16, p. 297-325, fev. 1998.

SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, ilhoas, polacas...: a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo: Ática, 1992.

SPARGO, Tamsim. *Foucault e a teoria queer*. Tradução de Wladimir Freire. Rio de Janeiro: Pazulin; Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2006. (Coleção Encontros pós-modernos, 5).

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil da colônia à atualidade*. 6. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Record, 2004.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito civil: direito de família*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003. (Coleção Direito Civil, v. 6).

